

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.**

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL N.º     /2023.**

**PROJETO DE LEI N.º 188/2022 E EMENDA N.º 1.**

**OBJETO:                ALTERA A DENOMINAÇÃO DA RUA QUE MENCIONA PARA RUA NILCÉA RODRIGUES DE CARVALHO.**

**AUTOR:                        VEREADOR DIÁCONO GÊ.**

**RELATORA:                    VEREADORA NAIR DAYANA.**

## **1. Relatório**

De iniciativa do digno Vereador Diácono Gê o Projeto de Lei n.º 188/2022 “altera a denominação da rua que menciona para rua Nilcéa Rodrigues de Carvalho”.

Cumpridas as etapas do processo legislativo foi encaminhada a presente matéria a esta Comissão a fim de ser emitido parecer de Redação Final, sob a relatoria da Vereadora Nair Dayana, por força do despacho de designação do Presidente desta Comissão.

## **2. Fundamentação**

De acordo com o disposto no artigo 195 do Regimento Interno, após a conclusão da proposição, em segundo turno, o projeto e emendas aprovados serão remetidos à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos para receber parecer de redação final.

### **Da Emenda n.º 1.**

Procedeu-se à correção da Ementa e do artigo 1º do Projeto de Lei n.º 188/2022 no sentido de proceder à supressão da expressão “**Altera a denominação**” pelo termo “**denomina**” a fim de promover a padronização oficial do texto que irá configurar a Lei.

Procedeu-se também à alteração da fundamentação da legal do preâmbulo da forma crescente para decrescente, ou seja, do particular para o geral por motivo de padronização de leis, apesar de as duas formas estarem corretas.

Vale conferir os apontamentos a seguir:

Sobre a citação dos dispositivos legais é importante dizer que os dispositivos legais podem ser citados de duas formas diferentes:

**1º) na ordem decrescente**, ou seja, do geral (artigo) para o particular a que se queira referir (parágrafo, inciso ou alínea). Neste caso, o uso da vírgula é obrigatório. Vejamos o exemplo: art. 25, § 2º, I, a, da Lei 12.016/09. As unidades parágrafo, inciso e alínea estão intercaladas entre o artigo e o número da lei, daí a obrigatoriedade da vírgula;

**2º) na ordem crescente**, ou seja, a partir da referência particular (alínea, inciso ou parágrafo) para o geral (artigo). Neste caso, a preposição “do” impedirá o uso da vírgula. Vejamos: alínea a do inciso II do § 3º do art. 25 da Lei 12.016/09. (Mara Saad – Formada em Letras pela Universidade de Brasília (UnB) e em Direito pelo UniCEUB, com especialização em Direito Processual Civil pelo ICAT – Instituto de Cooperação e Assistência Técnica do Centro Universitário do Distrito Federal, hoje UDF. Disponível em: <https://oab.grancursosonline.com.br/o-juridiques-citacao-e-pontuacao-dos-dispositivos-legais/>. Acesso em 12 de abril de 2019.

Eventuais erros de linguagem foram devidamente corrigidos para o aprimoramento e aperfeiçoamento do Projeto de Lei n.º 188/2022, especialmente as alterações apresentadas pela Emenda n.º 1.

Sem mais considerações, passa-se a concluir.

### **3. Conclusão**

Em face das razões expendidas, opina-se no sentido de que se atribua ao texto do Projeto de Lei n.º 188 de 2022 e Emenda n.º 1, a redação final constante da minuta, em anexo, que, nos termos do que dispõe o artigo 195 do Regimento interno.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 7 de março de 2023; 79º da Instalação do Município de Unaí (MG).

VEREADORA NAIR DAYANA  
Relatora Designada

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N.º 188/2022

Denomina Rua Nilcéa Rodrigues de Carvalho o logradouro público que menciona.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ**, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do artigo 96 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Unaí decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado Rua Nilcéa Rodrigues de Carvalho o logradouro público, situado na segunda entrada à esquerda da Rodovia MG-188, logo após a Ponte Abdon da Silva Salgado, sentido Bairro Mamoeiro, passando pelos Sublotes 5G ao 5L e Sublote 6, no Bairro Amaral, neste Município de Unaí (MG).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Unaí, 7 de março de 2023; 79º da Instalação do Município.

VEREADOR DIÁCONO GÊ  
PSDB